

Norma linguística, preconceito e imigração no Brasil

Alexandre Marcelo Bueno¹
Universidade de Franca

Resumo: A imigração é um dos elementos constitutivos da formação nacional brasileira. Com a presença dos imigrantes, a ideia de uma suposta homogeneidade e de unidade nacional em seus diversos estratos (cultural, social, linguístico, econômico) é questionada pela entrada da heterogeneidade trazida pela forma mais radical da alteridade, ou seja, o imigrante. Com essa dinâmica, conflitos e tensões, tematizados como preconceitos, surgem dessa relação entre identidade e alteridade. O presente trabalho parte da hipótese de que o preconceito linguístico contra os imigrantes estabelecidos no Brasil se sustenta por meio da ideia de que a língua é homogênea e unitária. Para comprovar tal hipótese, serão analisados dois depoimentos de imigrantes que relatam as dificuldades de aprendizagem da língua portuguesa e algumas situações que envolvem a língua e o sotaque dos imigrantes.

Palavras-chave: Preconceito linguístico; Norma linguística; Imigração; Ensino da língua portuguesa.

Title: Linguistic norm, prejudice and immigration in Brazil

Abstract: Immigration is one of the fundamental elements of Brazilian national formation. With the presence of immigrants, the idea of a supposed homogeneity and national unity in its various layers (cultural, social, linguistic, economic) is questioned by the heterogeneity brought by the

¹ Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Professor do Mestrado em Linguística da Universidade de Franca (UNIFran).

most radical form of otherness: the immigrant. From this relationship between identity and otherness arise dynamic, conflicts and tensions thematized as prejudices. The present work is based on the hypothesis that linguistic prejudice against immigrants established in Brazil is supported by the idea that language is homogeneous and unitary. To prove this hypothesis, we will analyze two immigrant testimonies that report the difficulties of learning the Portuguese language and some situations that involve the language and the immigrants' accent.

Keywords: Linguistic prejudice; Linguistic norm; Immigration; Teaching of the Portuguese language.

Introdução

A língua é um dos elementos participantes na construção da identidade de indivíduos, de grupos sociais e de nações. Como não é possível pensar no conceito de identidades em o seu contrário, a alteridade, podemos dizer que a língua é também um dos elementos mediadores das relações individuais, sociais ou nacionais situadas em determinados contextos históricos e geográficos. A língua participa, assim, da constituição de sentidos (ideológicos, políticos e históricos) colocados em relação dentro de sociedades (indivíduos e grupos sociais) e de Estados-nações.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre esse papel da língua na construção da imagem da alteridade, sobretudo imagens negativas derivadas de uma postura preconceituosa a respeito da fala que o imigrante traz para um novo país e, principalmente, as tentativas que o imigrante realiza para falar a língua nacional do país de acolhimento.

Para isso, o presente artigo está dividido em duas grandes partes. A primeira, com uma apresentação do conceito de norma linguística, sua formação histórica e social, além de suas consequências para a dinâmica social na qual a identidade e alteridade estão presentes de forma significativamente marcada, como é o caso das relações entre brasileiros e

imigrantes. Ainda na primeira parte, tecemos ainda considerações sobre a intolerância e o preconceito linguístico, assim como suas implicações para o aprendizado e o uso da língua da sociedade de acolhimento pelos imigrantes. A terceira parte se refere a uma rápida análise de dois depoimentos de imigrantes, os quais focam na questão linguística.

A hipótese com a qual este artigo trabalha é a de que parte do julgamento sobre a fala dos imigrantes decorre de uma imagem homogênea e unitária da língua nacional, que em sua suposição de existência, faz com que as sanções usem critérios como certo e errado, além de reforçarem a ideia de uma presença socialmente inadequada para o imigrante.

Em seu limite, o objeto deste trabalho é o de contestar uma certa narrativa de sucesso dos imigrantes, sobretudo os sucessos que abafam as dificuldades pelas quais os imigrantes passavam, como no caso de preconceitos. Acreditamos, por isso, que ainda haja interesse em analisar e descrever os discursos nos quais emergem as tensões e os conflitos, sociais e históricos, produzidos pela presença de imigrantes que trouxeram consigo outra cultura, outras tradições religiosas, novas práticas sociais e alimentares e uma língua estranha à sociedade brasileira e ao país.

1 Considerações sobre a suposta unidade linguística

Mesmo com os esforços de linguistas e pesquisadores da linguagem, o senso comum continua a considerar a língua apenas como um instrumento de comunicação neutro, como se não houvesse tensões constitutivas de ordem ideológica e sem variações decorrentes da própria variabilidade social e econômica. Contudo, desde os gregos (e provavelmente desde que a linguagem surgiu), a língua é utilizada como uma forma de se estabelecer limites e distinções entre grupos ou sociedades e, conseqüentemente, de se criar certas imagens do Outro. O exemplo mais conhecido é a existência e o uso da palavra “bárbaro”, que originalmente era atribuída àqueles que não falavam o grego (koiné) e cujo uso atual manteve a valoração negativa.

Essa função social da língua está relacionada com ao menos duas questões que envolvem a discriminação linguística: a primeira, que utiliza a língua como veículo ou instrumento de discriminação, ou seja, uma determinada língua é melhor ou pior do que outras; e a segunda, relacionada à discriminação de certos usos linguísticos, muitas vezes homologados com posições sociais inferiores ocupadas por determinados grupos (BARROS, 2004, p.3-4).

Historicamente, a língua foi um dos elementos fundamentais para a constituição das nações e para a delimitação das diferenças entre nações. Essa função da língua serviu para se criar um sentido de homogeneidade que sustenta a ideia de nação e para veicular os valores internamente aceitos, conforme afirma Haugen (2000, p.113-114).

A ideia de nação deveria ter, em sua base, um sentido de unicidade, enquanto valor a ser defendido por seus cidadãos. Desse modo, a ideia de unidade perpassa a a língua, a história, a sociedade e a cultura de uma nação. Essa “unicidade” do código linguístico serviu ainda para criar nos indivíduos um sentimento de pertencimento a um grupo social maior (HAUGEN, 2000, p.105-106). Em outras palavras, deveria haver, então, uma única identidade correlacionada a uma única língua, que veicularia os valores dessa identidade que geraria o sentimento de pertencimento entre os cidadãos.

Além dessa identidade única coletiva criada pela língua nacional, há uma outra questão identitária que envolve as relações entre as diferentes normas linguísticas constituintes de uma língua nacional. Trata-se de qual variante linguística se escolher, pois, conforme afirma Haugen, “escolher qualquer vernáculo como norma significa favorecer o grupo de pessoas que falam esta variedade” (2000, p.112). Desse modo, como a História nos mostra, as variantes tornadas línguas nacionais eram aquelas usadas por uma elite social, cultural e econômica já existente. A norma linguística é, em geral, o resultado de uma escolha que segrega outras variantes presentes em um determinado território nacional e favorece uma determinada classe social.

Assim, a chamada “unificação” do idioma (isto é, a seleção de uma determinada norma em detrimento das outras), e sua imposição, tem dois objetivos: o primeiro é criar a imagem de um país uniforme nos diversos aspectos constituintes de uma nação, o que dissimula ou encobre, por conseguinte, as diferenças e as tensões sociais, culturais, linguísticas e étnicas existentes (OLIVEIRA, 2000, p.91; ZILLES, 2001, p.150). O segundo, está ligado ao conceito de nacionalidade que constrói os limites entre os grupos estrangeiros e a sociedade supostamente detentora dessa nacionalidade homogênea e uniforme em seus aspectos sociais, culturais e linguísticos (OLIVEIRA, 2000, p.91).

A presença do estrangeiro pode então se tornar uma ameaça a partir do momento em que supostamente interfere na homogeneidade de uma nação ou de algum elemento constitutiva da identidade nacional, já que são portadores de valores simbólicos associados a outras sociedades e países (GARCEZ e ZILLES, 2001, p.15, 27 e 29). Além desse aspecto, o imigrante pode ainda ser foco de julgamento pela maneira como ele utiliza a língua da sociedade de acolhimento, ou seja, pode ter o seu “sotaque” avaliado a partir da ideia de correção de uma língua.

Devemos, assim, recordar que qualquer sociedade não é uniformemente formada. Faraco mostra que as relações sociais pressupõem a existência conflitante de valores que retroativamente “mobilizam uma vasta gama de modos de ser, de agir, de pensar e, evidentemente, de dizer” (2002, p.41), seja no sentido de gêneros discursivos, seja no prestígio de determinadas formas léxico-gramaticais. Além disso, esses valores também participam do processo de funcionamento do imaginário social acerca dos fenômenos linguísticos (idem). Esses valores são reproduzidos e validados em determinadas instituições dentro de um determinado contexto social (como o Estado e a escola, as gramáticas e os dicionários e os meios de comunicação), ou seja, a chamada norma-padrão.

A norma-padrão é formada pela confluência de elementos léxico-gramaticais (ou seja, propriamente linguísticos) e de elementos ideológicos. Torna-se uma “referência supra-regional e transtemporal”

pelo seu caráter abstrato, isto é, pelo apagamento das variantes “salientes” (FARACO, 2002, p.41-42). Apesar de sua importância, enquanto força centrípeta (para a sociedade que a utiliza), a norma-padrão nunca suplantar a diversidade porque, para isso, precisaria “homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história” (idem).

A formação da norma-padrão no Brasil foi construída por uma mínima parcela da população que determinou “os rumos do país” e, conseqüentemente, alijou a maior parte da sociedade não apenas das decisões, mas também das representações da nacionalidade. No século XIX, o padrão foi construído tendo por base um padrão lusitano de escrita e não a norma-culta praticada naquele momento pela elite letrada da sociedade brasileira.

A escolha dessa variante para a constituição da norma-padrão revela o desejo da elite brasileira daquele período de viver em um país branco e europeu, desejo que se revela ainda na questão dos imigrantes aceitos no Brasil e pela visão pejorativa a respeito da língua falada pelos negros (FARACO, 2002, p.43).

Produziu-se, assim, no imaginário social, a aproximação e até equivalência entre norma-padrão e língua nacional. Por consequência, a língua é tomada como um universo homogêneo e estático (quando na verdade a língua pode ser definida, dentre outras maneiras, como um conjunto de variantes que se entrecruzam continuamente) que serve de parâmetro para avaliar línguas estrangeiras trazidas pelos imigrantes, assim como os modos de eles utilizarem a língua portuguesa.

Desse modo, uma atitude purista² e normativista surgiu já no final do século XIX pela distância presente entre a norma-padrão (de cunho lusitano) e a norma-culta das elites daquele período. Foi assim, a partir de um padrão artificialmente construído (paradoxalmente, por causa de seu caráter europeu e estrangeiro), e que se tornou referência para as práticas

² O fenômeno do purismo linguístico pode ser entendido como uma atitude que visa à constituição e preservação de uma suposta “pureza” do idioma, ou seja, o uso “melhor”, “perfeito” e “correto” da língua. Para maiores detalhes a respeito desse fenômeno, remetemos ao estudo realizado por Marli Quadros Leite (1999).

linguísticas, que a língua pode se transformar em um instrumento de discriminação, exclusão, preconceitos e intolerâncias no âmbito sociocultural (ALÉONG, 2000, p.152; FARACO, 2002, p.43).

Evidentemente, as normas (linguísticas ou não) são necessárias para a organização e o funcionamento de uma sociedade. O que deve ficar claro é que uma única norma não pode ser utilizada para impor um valor único para a diversidade de grupos sociais e de usos linguísticos. Stanley Aléong mostra que

(...) as normas sociais ou regras de comportamento são variadas e relativas. Variadas porque os agrupamentos constitutivos da sociedade também são variados, e relativas porque os juízos de valor só têm significação em relação ao grupo ou ao conjunto de referência no qual se situam os indivíduos (ALÉONG, 2000, p.149).

O mesmo autor ainda afirma: “Os juízos que se pode lançar sobre o bom ou o mau gosto, sobre a elegância ou o decoro devem ser sempre reconduzidos ao contexto de sua manifestação” (ALÉONG, 2000, p.149). Esses julgamentos e avaliações estão, assim, quase sempre carregados de preconceitos, ou seja, de determinados valores e imagens (muitas vezes imutáveis) definidos *a priori*.

Veremos a seguir como se elabora o discurso do preconceito e da intolerância, sobretudo aquelas ligadas ao uso linguístico de grupos minoritários, dentre eles os imigrantes.

2 Da norma linguística a uma postura preconceituosa em relação à língua do outro

Se a ideia da existência de uma unidade linguística revela uma única maneira socialmente aceita de se usar a língua, um dos modos de se lidar com os sujeitos que não se adequam a essa unicidade de uso linguístico é o de segregá-los a partir de uma imagem negativa que lhes é construída por aquelas que se consideram portadores do “bem” falar. Em relação às

consequências sociais do preconceito e da intolerância linguísticas, Marli Quadros Leite apresenta a seguinte distinção:

O *preconceito* é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do *outro*, é um *não-gostar*, um achar feio ou errado um uso (ou uma língua), sem que se tenha a configuração do que poderia vir a ser o bonito ou correto. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um *discurso metalinguístico*, calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, *tradição x modernidade, x conhecimento x ignorância, saber x não-saber*, e outras congêneres (LEITE, 2005, p.3).

Por isso, devemos pensar na possibilidade de a intolerância linguística ser um fazer discriminatório independente de outras formas de intolerância envolvidas, pois os indivíduos que compõem uma sociedade estão a todo momento julgando, mesmo que inconscientemente, o modo de falar de seus interlocutores, ato que implica também na construção da imagem do outro³.

No contexto brasileiro, a intolerância e o preconceito linguísticos ocorrem de duas formas: uma externa, em relação a determinados idiomas estrangeiros e uma outra interna, sobre as variantes desprestigiadas da língua portuguesa. Em relação aos imigrantes, essas duas formas de intolerância e preconceito linguísticos se apresentam da seguinte maneira: uma em relação ao uso de um determinado idioma estrangeiro em solo brasileiro e outra em relação ao uso do português pelos imigrantes (BARROS, 2004, p.4-5).

Devemos então considerar possíveis formas de intolerância produzidas a partir da distinção e posterior discriminação dos elementos ou traços que não se “adequam” aos elementos da língua nacional que, pelo seu caráter “unificador”, se entrelaça com a questão da nacionalidade (e, conseqüentemente, com a construção da imagem da alteridade).

³ Não podemos deixar de dizer que a intolerância linguística também está presente como um elemento que contribui para outras formas de intolerância, servindo assim para encobrir práticas intolerantes de outras ordens (racial, política, social etc).

Segundo nossa hipótese, o preconceito e a intolerância linguística se formam pela contraposição entre o uso e uma certa imagem de língua nacional que permeia o senso comum da sociedade, ou seja, entre a multiplicidade intrínseca à fala, diretamente relacionada ao contexto enunciativo, e a idealização subjacente ao conceito de língua, que cria o efeito de sentido de homogeneidade e unicidade. Por isso, Dante Lucchesi afirma que há uma contraposição entre a “heterogeneidade real do comportamento linguístico dos indivíduos” e “a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal” (2000, p.63). Podemos dizer que essa tensão constitutiva da intolerância linguística não ocorre apenas no nível da forma do conteúdo, mas também no da expressão. Por isso, o sotaque, entendido como uma marca distintiva do imigrante, torna-se motivo de críticas e ironias da sociedade brasileira.

Os imigrantes que vieram para o Brasil aprenderam o português popular e não a norma-padrão (que ocorre somente com a segunda geração que passa a ter acesso ao ensino formal e público), já que o grupo social com o qual mais interagiram foi o dos trabalhadores livres do campo (ex-escravos, mestiços, caboclos, etc.). Por isso, os imigrantes, de certa forma, também contribuíram para a formação de uma norma menos privilegiada da língua portuguesa. Por exemplo, os sotaques paulista e gaúcho são fortemente marcados pela presença da língua de imigrantes italianos e alemães, respectivamente.

Essas críticas em relação ao modo de falar de certos indivíduos, que se “desviam” de um padrão previamente determinado, pressupõem interpretações e avaliações que homologam a variação linguística e a posição social ocupada pelos falantes “julgados” (LUCCHESI, 2000, p.64). Os imigrantes, no período que estamos estudando, quase em sua totalidade, ocupavam uma posição inferior dentro da sociedade brasileira, apesar de serem considerados economicamente importantes pelo trabalho que realizavam na agricultura ou no comércio.

O imigrante, como qualquer outro indivíduo, é quase sempre foco de intolerâncias sociais que, dependendo de sua posição social, podem ser disfarçadas ou minimizadas. Contudo, a possibilidade de o imigrante ser,

ao usar a sua língua ou a língua portuguesa com sotaque, foco de julgamentos e preconceitos é muito grande, independentemente da posição social que ocupa.

Além do sotaque, o uso do português pelo imigrante também é marcado pela presença de “erros gramaticais”⁴ produzidos em quase todos os falantes de uma segunda língua que não a aprenderam de modo formal (ou seja, em escolas). Como já dissemos, a língua portuguesa que os imigrantes aprenderam é a das classes menos favorecidas (os “caboclos” e os negros) que dominavam variantes desprestigiadas do português.

A intolerância linguística, além de envolver a relação entre o uso linguístico e a idealização da língua, é aplicada nos seguintes campos de atuação: 1) institucional, que envolve as “políticas linguísticas” institucionais como, por exemplo, o uso da escola na imposição da língua oficial do país aos filhos de imigrantes que geralmente dominam outra língua; 2) social, relacionada aos diversos tipos de representações do imigrante que se caracterizam a partir de sua língua de origem ou de seu sotaque e de seus supostos “erros” gramaticais ao usar a língua portuguesa.

Esses dois campos de análise, o institucional e o social, nos permitem pensar na constituição da língua nacional/norma-padrão como referência que permitirá o julgamento do Estado e da sociedade brasileiros e orientará estratégias de assimilação, de segregação ou de completa exclusão (LANDOWSKI, 2002) dos imigrantes.

A substituição da língua estrangeira pela língua portuguesa pode ocorrer por imposição ou por livre escolha dos indivíduos que compõem determinado grupo imigrante (OGLIARI, 2003). Em geral, o que ocorre é a necessidade de o imigrante aprender a língua da sociedade de acolhimento até como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que é necessário

⁴ Stanley Aléong propõe a seguinte definição para o conceito de erro: “O erro, portanto, não é absoluto, mas sim, relativo ao meio ou ao grupo social de referência. Segundo nossa definição, o erro é essencialmente um uso que, num dado momento, vem se opor a um outro uso até então dominante” (2000, p.155).

interagir, em nosso caso, com brasileiros em diversas situações públicas, como comércio, escola, entre outras situações.

São algumas dessas situações que veremos abaixo, a partir do depoimento de dois imigrantes, a respeito do uso da língua portuguesa, seu aprendizado, suas dificuldades e alguns casos de preconceito linguístico.

Ambos os discursos nos permitirão observar como a norma linguística e a ideia de um padrão único que orienta a correção da fala do outro perpassam as avaliações pelas quais eles sofreram e cujas elaborações, a partir da percepção de cada um, podem indicar uma maneira de se entender a relação entre o Estado brasileiro e os imigrantes no tocante ao ensino da língua portuguesa para estrangeiros (ou à falta dele).

3 A questão da aprendizagem da língua portuguesa: dificuldades e preconceitos

A sociedade brasileira esteve envolvida, em diferentes momentos históricos, na discussão acerca do melhor tipo de imigrante para o país. Em muitos casos, um dos elementos que determinam a construção de uma imagem positiva ou negativa do imigrante foi a sua língua. Por exemplo, durante o Estado Novo, Oliveira Viana defendia a presença de imigrantes portugueses e espanhóis em detrimento de outros grupos imigrantes que tinham uma cultura (e uma língua) muito diferente da brasileira, ao mesmo tempo em que alertava para o perigo produzido pela presença de imigrantes alemães e japoneses em solo brasileiro.

Outro exemplo do Estado Novo foi a proibição, por meio de leis, do ensino de língua estrangeira nas escolas localizadas em colônias de imigrantes e a proibição da impressão de jornais em língua estrangeira. Essa foi uma ingerência do espaço público sobre o espaço privado, já que os imigrantes não podiam usar plenamente sua língua de origem em atividades cotidianas fora do espaço de suas comunidades.

No livro autobiográfico de Tomoo Handa (1980), temos um extenso relato a respeito de situações observadas pelo autor em que as línguas portuguesa e japonesa exercem um papel determinante nas relações entre japoneses e brasileiros.

Inicialmente, o autor conta que os primeiros japoneses a desembarcarem no Brasil anotavam em japonês algumas palavras do português para poder iniciar um contato com os brasileiros. Em seguida, Handa nos mostra como foram as tentativas de aprendizado da língua portuguesa pelos japoneses na fazenda, revelando um querer-saber a língua portuguesa:

Tentou-se estudar à noite, tendo o intérprete como professor, mas as explicações eram difíceis e as lições não entravam com facilidade na cabeça do aluno: porque a língua falada era tão diferente da escrita? (HANDA, 1980, p.158).

Esse trecho mostra uma oposição que predomina na parte do relato que tratava das tentativas de aprendizado da língua pelos japoneses: a oposição entre língua falada e língua escrita, cuja diferença dificultava o aprendizado da língua portuguesa pelo imigrante japonês.

As dificuldades não se restringiam à falta de compreensão causada pelas diferenças entre língua falada e língua escrita, pois havia outros problemas envolvidos na aprendizagem:

Além disso, o intérprete sabia era o castelhano, bem diferente do português. Some-se a isso o fato de haver intérpretes que, por terem vindo ao Brasil apenas dois ou três anos antes, só sabiam rudimentos do vernáculo. Não estavam capacitados, em absoluto, a dar explicações (HANDA, 1980, p.158-159).

O próprio intérprete-professor acabou se tornando, nessa narrativa, um sujeito incompetente para o fazer que dele se esperava, na medida em que seus conhecimentos sobre a língua portuguesa eram quase nulos (faltava-lhe a modalidade do saber). O conhecimento do intérprete não era adequado para o que os imigrantes desejavam aprender. Essa foi uma das

dificuldades encontradas pelos imigrantes japoneses quando procuravam aprender a língua portuguesa.

Em uma outra tentativa para aprender o português, os japoneses usaram cartilhas publicadas no jornal *Burajiru Jihoo* (Notícias do Brasil), mas que julgavam inadequadas para as suas necessidades do dia-a-dia:

(...) os colonos comentaram que semelhante língua [apresentada na cartilha] não se prestava à prática nas fazendas. Diante da flexão verbal, os imigrantes veteranos alegavam que havia ali algo errado, pois jamais haviam ouvido palavras assim flexionadas. (...) Assim, faziam-se críticas ao ensinamento de que se devia dizer eu tenho, tu tens, etc. (HANDA, 1980, p.159).

Havia, então, uma diferença, percebida pelos colonos japoneses, entre uma gramática, virtual, e a realidade linguística do cotidiano. Nem mesmo os brasileiros com os quais os japoneses conviviam falavam da mesma maneira apresentada na cartilha. As dificuldades não impediam os imigrantes japoneses de saber que era importante aprender a língua portuguesa, principalmente para poder usá-la em negociações com os brasileiros.

Esse foi mais um dos problemas encontrados pelos japoneses (e possivelmente por outros grupos imigrantes) em seu contato com a língua portuguesa: a diferença entre norma gramatical e uso linguístico. Essa diferença gerou dificuldades no aprendizado que se refletiram nas relações contraídas entre japoneses e brasileiros. Em outras palavras, o que se tentava ensinar aos imigrantes japoneses era uma gramática que estava muito distante da realidade linguística de todos os colonos, fossem brasileiros, fossem japoneses. Era quase natural para o imigrante se sentir desestimulado com esse tipo de ensino, já que não encontrava em seu dia-a-dia situações adequadas para o seu uso.

Como os japoneses não dominavam a língua portuguesa, os brasileiros, para manter a comunicação com os imigrantes, utilizavam outros recursos como o gestual, por exemplo. Essa situação, diz ainda o autor, constrangia os japoneses:

O interlocutor procurava fazer-se entender por todas as formas, através de gestos e mímicas. Isto, para o imigrante, era algo tremendamente embaraçoso. Alguns evitavam ao máximo avistar-se com brasileiros, alegando: 'Olhe, lá vem outro brasileiro: esconda-se que é maçante' (HANDA, 1980, p.159).

A dificuldade de comunicação entre os japoneses e os brasileiros eram dos motivos pelos quais os imigrantes não mantinham relações com os brasileiros, segundo a ótica do autor. O diálogo era difícil e gerava, muitas vezes, situações constrangedoras. O autor relata, por exemplo, o fato de um colono japonês não conseguir entender o que dizia um brasileiro. Impaciente com a conversa, dizia apenas "shim, shim" para encerrá-la (HANDA, 1980, p.159). Nesse caso, o japonês acabou, sem saber, fechando a venda de um porco ao brasileiro, o que não era para ter acontecido. Por isso, muitas vezes o imigrante japonês era obrigado a solicitar a ajuda do intérprete para desfazer o negócio e o mal-entendido com os brasileiros (idem).

Mas essa falta de comunicação, embora muito frequente, não se aplicava a todos os japoneses. Havia alguns imigrantes que já dominavam adequadamente o idioma e incentivavam os outros nessa direção: "Com o brasileiro você não pode ser tímido; tem que falar tudo, pois é um absurdo pensar que se aprende o português sem conversar" – diziam alguns imigrantes veteranos, orgulhosos de saberem falar o português" (HANDA, 1980, p.160). Ou seja, os imigrantes mais velhos, já experientes nas relações com os brasileiros, forçavam os demais imigrantes a aprender o idioma na "prática", ou seja, falando com os brasileiros: "O imigrante novato até começa a invejar quem pode falar, ainda que as palavras usadas não passassem de palavões para ele ininteligíveis" (idem). Esse português utilizado pelos imigrantes mais velhos era, na realidade, um encadeamento de vocábulos da língua portuguesa inseridos na estrutura sintática do japonês, como mostra o próprio autor: "Amanhiam Japom garande diya santo torabaya nada (amanhã não se trabalha no Japão, por ser um grande dia santo)" (HANDA, 1980, p.160).

O autor percebe, assim, que muitas das dificuldades da aprendizagem da língua portuguesa encontradas pelos japoneses

decorreram, como sempre, das interferências da língua japonesa sobre a portuguesa. O autor ainda aponta a dificuldade do japonês em diferenciar o sentido de “voltar” e “ir embora” (já que na língua japonesa “voltar” significa “retornar” e também “ir embora”) e de entender respostas negativas com o uso do “não”, já que no japonês a resposta a uma pergunta como “não tem?” é respondida como “sim, não tem” (HANDA, 1980, p.160).

Como já dissemos, muitos japoneses evitavam o contato com brasileiros por não saberem a língua portuguesa. Isso representa uma correlação entre a modalidade do não-saber e a do não-poder-fazer. Poder-se-ia aventar a hipótese de que essa seria uma explicação para o “isolamento” de certos grupos imigrantes tão reclamado pelos brasileiros. Obviamente, isso não quer dizer que não havia imigrantes que desejavam realmente evitar o contato e a comunicação com os brasileiros. Não compreender a língua dos brasileiros limitava o campo de ação dos japoneses, impedindo-os de realizar certas atividades como, por exemplo, o comércio e a troca de bens.

Esses problemas não eram encontrados nos filhos dos imigrantes, que aprendiam a língua rapidamente, segundo o autor (HANDA, 1980, p.161). As crianças japonesas aprendiam (por meio da imitação, segundo Handa) o idioma a partir do contato que tinham com as crianças brasileiras existentes nas fazendas: “Elas [as crianças] repetiam à maneira de papagaio, e aprendiam pelo ritmo do fraseado. Imitavam a ação das crianças brasileiras, repetindo o que elas diziam” (idem).

Por isso, muitas crianças japonesas falavam palavrões, o que era prontamente entendido pelos pais (de acordo com o autor, os palavrões eram as primeiras palavras aprendidas pelos adultos). Esse tipo de linguajar gerava uma série de preocupações nos pais japoneses, que pensavam na educação formal de seus filhos. Essa preocupação era motivada principalmente pelo desejo de o imigrante japonês retornar ao seu país de origem.

Como afirma o autor:

Só quero ver quando retornar um dia ao Japão com uma criança assim: que acontecerá se voltar ao Japão com dinheiro, sim, mas com filho analfabeto e selvagem? (HANDA, 1980, p.160).

Percebe-se, neste último trecho, que o japonês, com o objetivo de retornar ao seu país de origem considerava apropriado o ensino da língua portuguesa para utilizá-la em determinadas situações, mas considerava mais importante o aprendizado formal da língua japonesa e dos valores japoneses. Em outras palavras, as crianças japonesas deveriam ter seu comportamento orientado pelos valores japoneses mesmo que utilizassem a língua portuguesa. Por isso, além de ser “analfabeta” em língua japonesa, essa criança era considerada também selvagem. Esse é um tipo de preconceito do imigrante em relação ao Brasil, e aos brasileiros, decorrente de seu “apego” aos valores de origem. Os japoneses queriam aprender o português, principalmente para facilitar o comércio com os brasileiros e para não se sentirem enganados, mas os imigrantes não queriam os valores advindos da língua portuguesa, o que, a nosso ver, contribuía para a dificuldade de eles aprenderem a língua (que seria utilizada de uma forma quase instrumental).

Um outro relato que mostra as complicações geradas pelo processo de aprendizagem da língua na relação entre imigrantes e brasileiros é o de Anne Maria Auguste Josephine Hoffmann, alemã que aportou no Brasil em 1922. Nesse relato, ela mostrou a sua dificuldade com o uso da língua portuguesa no ambiente formal da escola:

Não, absolutamente não. Nada. Eu ia na rua tentar me comunicar com as crianças, voltava chorando, porque me... tinha uns vizinhos que eram ingleses e eu me entendia com as crianças, porque tem um dialeto em Hamburgo, uma linguagem popular, que é bastante parecido com o inglês. Eu me entendia com os ingleses, mas a mãe dos ingleses não queria que as crianças brincassem com uma alemã, então a gente se encontrava no fundo do quintal, escondido da mãe, da inglesa. Mas, português muito mais tarde. Português eu fui aprender quando tinha 14 anos, me revoltei do colégio das freiras e fui fazer exame de admissão na Escola de Comércio José Bonifácio. E tinha um professor que me examinou em francês, matemática, geografia, essas coisas... depois o exame eliminatório era no fim,

era português. Aí o professor me deu uma cola, no mataborrão naquele tempo dava para fazer cola. Eu fui agradecer na rua, ele disse: 'Não lê. Deixe que eu me arrependa, que eu vou ser seu professor de português'. Ai eu estudei, estudei no duro, aí no fim do ano era a primeira da classe. Passei cola para um brasileiro que sentava atrás de mim, que remendava o meu sotaque. Nunca mais ele me remendou, né?

Há duas situações distintas no relato dessa imigrante: a primeira envolve o seu contato com outras crianças no ambiente da rua; a segunda já no contexto escolar.

No ambiente da rua, a alemã relata a sua tentativa em se comunicar com outras crianças (muito possivelmente em português), mas sempre com um certo fracasso. Por isso, tentava conviver com outras crianças estrangeiras, especificamente, as inglesas. Contudo, essa relação com as crianças inglesas era dificultada e impedida pela mãe das crianças que não queria contato com os alemães.

Uma das consequências dessa falta de relacionamento com brasileiros foi a sua aprendizagem tardia da língua portuguesa, que ocorreu apenas no contexto escolar aos quatorze anos, como ela nos relata.

Na escola, o modo de falar português da imigrante alemã sofreu o julgamento do aluno brasileiro ("remendava o meu sotaque"). Em outras palavras, o sotaque da alemã era um elemento que a distinguia dos demais alunos e, por isso, era alvo de julgamentos e correções por parte dos alunos brasileiros. Não é possível, pelo relato, saber se era o sotaque que "denunciava" a alemã ou se é justamente o fato de ela ser alemã que provocava os "remendos" por parte do brasileiro, ou seja, se já havia uma pré-disposição para implicar com ela por ser alemã (como a mãe das crianças inglesas) ou se a implicância se limitava ao seu sotaque. Provavelmente, as duas hipóteses estão relacionadas, mas de qualquer maneira, podemos observar algumas consequências dessa situação: esse ato de "remendar" o sotaque de outro nos mostra que a pronúncia brasileira não era seguida pela aluna alemã justamente por causa da

interferência de sua língua de origem, e que esse ato servia não apenas para distinguir, mas também para diminuir ou rebaixar o outro, aquele que não seguia a forma brasileira de falar.

O relato e a autobiografia mostram como o desconhecimento e o processo de aprendizagem da língua portuguesa interferem na relação entre os imigrantes e os brasileiros, ao limitar a comunicação do dia-a-dia e ao possibilitar atitudes preconceituosas e intolerantes dos brasileiros.

Considerações finais

No texto de Tomoo Handa, pudemos observar como a falta de conhecimento da língua portuguesa gerou uma série de problemas de relacionamento do japonês com os brasileiros. Pode-se dizer que não há uma questão de intolerância linguística propriamente dita, mas o relato do autor mostra-nos como o desconhecimento da língua do país que os recebe é prejudicial aos grupos estrangeiros. No caso dos japoneses, implicava manterem-se afastados dos brasileiros para não serem prejudicados nas negociações. Além disso, o relato do autor relata ainda o descaso do governo em providenciar um ensino formal do idioma (tanto o japonês quanto o português), por não existirem, em muitas fazendas, escolas para os filhos dos imigrantes: “Havia escolas em algumas fazendas, mas as crianças não sabiam explicar em japonês o que os professores ensinavam, limitando-se a decorar palavras ininteligíveis aos pais. Na verdade, porém, inexistiam escolas na maioria das fazendas: as crianças cresciam livres e soltas” (HANDA, 1980, p.161).

Pelo relato, constatamos que havia uma série de dificuldades de aprendizado da língua portuguesa, dificuldades diminuídas com o auxílio de um adjuvante (“professor de português”). Além disso, a imigrante percebia também a importância de aprender o português “adequadamente”, inclusive para eliminar o traço diferencial que a caracterizava em relação aos brasileiros e para não sofrer mais os preconceitos também relatados dos brasileiros em relação ao seu modo de falar.

O discurso da imigrante mostra ainda como a imigrante consegue transformar sua competência modal, com o auxílio do adjuvante-professor e passa a saber-fazer (“a primeira da classe”), ou seja, torna-se um sujeito competente para a realização do fazer pretendido (comunicar-se bem em língua portuguesa e interagir com os jovens brasileiros).

O ator “brasileiro” de seu discurso, no nível narrativo, se desdobra em dois actantes distintos: inicialmente é considerado como um destinador-julgador que a julga negativamente (“remendava o meu sotaque”); depois, como um sujeito que necessita da ajuda do adjuvante-imigrante alemã para realizar o seu programa narrativo e, finalmente, de novo como destinador-julgador que sanciona positivamente o imigrante (ou, ao menos, não mais a julga negativamente).

Atualmente, a realidade de alguns imigrantes e, principalmente, de seus descendentes parece ser outra, pois muitos podem ser considerados totalmente integrados à sociedade brasileira, que também parece estar mais aberta à diversidade em algumas questões. Afinal, ainda encontramos grupos inteiros falando em seu idioma nas ruas de São Paulo (por exemplo, a comunidade boliviana no Brás, os coreanos na Liberdade, etc.). Mesmo que alguns digam que o imigrante finalmente se assimilou, pensamos que, na verdade, ocorreu uma mistura, uma solidariedade no linguajar que encontramos hoje na língua portuguesa do Brasil, seja com a adoção de palavras trazidas de fora, seja com o uso de vocábulos próprios de línguas estrangeiras (como os da culinária japonesa e árabe, por exemplo).

Se a cultura dos imigrantes já não existe de forma “pura” (talvez nunca tenha existido, assim como a cultura brasileira), principalmente nas grandes cidades brasileiras, também não podemos nos furtar de dizer que a cultura brasileira foi influenciada e tomou emprestadas certas manifestações culturais e linguísticas trazidas pelos imigrantes.

Referências

- ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: *Norma Linguística*. BAGNO, M. (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. (org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Projeto Intolerância e Preconceito Linguísticos*. São Paulo, 2004 (mimeo).
- FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos – guerras em torna da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- _____. Norma-padrão brasileira – Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria Stahl. *Estrangeirismos – desejos e ameaças*. In: FARACO, Carlos Alberto. (org.). *Estrangeirismos – guerras em torna da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: Editora T.A. Queiroz / Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1980.
- HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. (org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HOFFMANN, Anne Maria Auguste Josephine. São Paulo, Memorial do Imigrante, Setor de História Oral.
- LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- _____. *A intolerância linguística na imprensa*. São Paulo, 2005 (mimeo).
- LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- OGLIARI, Marlene Maria. Situações de contato/conflito entre línguas e o deslocamento de uma língua étnica. In: *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*, 2003.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F.L.; MOURA, H.M.M. *O direito à fala*. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos. (org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ZILLES, Ana Maria Stahl. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos – guerras em torna da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.